

I – TÍTULO: Grupo de Fortalecimento de Mulheres com o Círculo de Cultura

II – CATEGORIA: Políticas Afirmativas

III – RESPONSÁVEL: Patricia Ferreira Filizola, psicóloga, matrícula 126508-3, Ceamo – Centro de Ref. e Apoio à Mulher

IV – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ANTERIOR

“É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática”.

Paulo Freire

Na cidade de Campinas, as políticas públicas voltadas para as mulheres em situação de violência doméstica seguem as diretrizes da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) do governo federal, criada em 2003, que consolidou a rede de atendimento à mulher. Sua atuação se divide em quatro eixos previstos pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher: combate, prevenção, assistência e garantia de direitos. O CEAMO (Centro Especializado no Atendimento à Mulher Operosa) foi inaugurado em 25 de setembro de 2002, atendendo à reivindicação de movimentos organizados de mulheres e, desde então, iniciou seus trabalhos vinculados à Coordenadoria da Mulher que, por sua vez, está ligada ao Dpto. de Direitos Humanos. A partir de 2005, com a elaboração da Norma Técnica dos Centros de Referência e Atendimento à Mulher pela SPM, o CEAMO passa a ser o Centro de Referência e Apoio à Mulher, e passa a seguir as Diretrizes Gerais para Implantação e Implementação dos Serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, pautadas no **questionamento das desigualdades nas relações de gênero**.

Anteriormente, os encontros do grupo de mulheres do Ceamo não eram sistemáticos e nem possuíam uma metodologia específica. O trabalho de fortalecimento, portanto, era realizado em atendimentos individuais, o qual, muitas vezes, não alcançava o fortalecimento suficiente para ruptura do ciclo da violência de gênero.

V – OBJETIVOS PROPOSTOS E RESULTADOS VISADOS

“Aquilo que eu digo, que é explícito, você pode reagir.
Mas o que eu mostro sem dizer, você engole sem saber”

Monique Wittig

Foi a partir de 2014, com a pesquisa sobre a proposta do Círculo de Cultura, é que se dá início ao trabalho com o grupo de mulheres de forma sistemática (semanalmente), **o qual se mantém até os dias atuais**. Assim, o fortalecimento em grupo é um processo estrategicamente pensado, uma vez que não é possível a uma mulher ter uma postura de enfrentamento frente as desigualdades de gênero se não estiver suficientemente fortalecida. O grupo possibilita que as mulheres tragam suas queixas e experiências, mas também promove um processo de reeducação e desconstrução do papel feminino que por séculos vem sendo construído com vistas à domesticação e submissão da mulher ao homem.

O principal objetivo do trabalho com o Círculo de Cultura no grupo de mulheres é o de fortalecê-las para romper com o ciclo da violência doméstica de gênero de forma **segura e definitiva**. Ambos os aspectos são iguais em importância e se constituem metas nos atendimentos oferecidos. Assim, as discussões que surgem num Círculo de Cultura trazem consigo, como base, o pensamento sócio-histórico e sua concepção de indivíduo enquanto sujeito capaz de repensar o que está pensado e de recriar o que está criado, onde as participantes, a partir de um tema escolhido, entram em diálogo e debate com o propósito de conhecerem mais sobre o assunto e as várias perspectivas de olhar sobre o mesmo tema, saindo do senso comum superficial e estigmatizante para alcançar uma **consciência crítica** do contexto em que vivem (Freire, 1981).

Implica, portanto, em um trabalho teórico, político, social e subjetivo, estrategicamente pensado, conforme as referências técnicas do Conselho Federal de Psicologia e da Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência e Atendimento à Mulher em Situação de Violência, que recomendam o trabalho de fortalecimento em grupo, com abordagem psicossocial, pois a violência contra a mulher é construída socialmente, sendo sua desconstrução catalisada em processos grupais e coletivos.

O termo *empoderamento* tem origem e sentidos diferenciados do que se tem hoje, todavia, na literatura atual, encontra-se a compreensão de que “empoderamento é uma abordagem voltada para melhorar a situação e a posição dos grupos mais vulneráveis” e cito Herriger (2006): “Através desse processo, pessoas renunciam ao estado de tutela, de

dependência, de impotência, e transformam-se em sujeitos ativos, que lutam para si, com e para os outros por mais autonomia e autodeterminação, tomando a direção da vida nas próprias mãos”. Portanto, é um trabalho que visa uma compreensão crítica acerca do cotidiano vivido para que seja possível a construção de uma identidade igualmente crítica e não apenas sujeitada ao modelo social e cultural imposto, naturalizado nos papéis masculinos e femininos relacionados às concepções tradicionais de gênero, ainda atuais.

Esta riqueza, em termos de ganhos que o grupo traz à esfera individual, pode ser sentida e percebida pela mulher logo no primeiro encontro e é neste campo de comunicação que se abre entre as esferas coletivas e individuais onde se encontra a possibilidade da construção de estratégias de enfrentamento. “O debate que surge daí possibilita uma releitura da realidade, do que pode resultar o engajamento do participante em práticas pessoais e/ou políticas, com vistas à transformação da sociedade” (Silva & Wendhausen, 2012). O poder é, portanto, um aspecto chave no processo de fortalecimento. Apenas quando se revelam as tramas das relações de poder é que se pode transformá-las, construindo uma subjetividade mais livre e que questione o que é dado como “natural”. Nesta perspectiva sócio-histórica, em se tratando de *ser humano*, **nada é natural**, tudo é produzido de acordo com os costumes que, somados, formam o vasto campo da cultura, sendo o Círculo de Cultura, exatamente, o espaço para se refletir sobre ela.

Concluimos, então, que empoderar uma mulher é um processo que deve levar ao fortalecimento de sua identidade e cidadania, **devolvendo-lhe o poder de decisão e crítica sobre sua vida** que lhe foi, literalmente, roubado pelo uso da força física e da coerção psicológica (no âmbito individual e doméstico) e pelos mecanismos de coerção social e política (no âmbito coletivo).

VI – JUSTIFICATIVA DO PROJETO

“A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer o debate. A análise da realidade não pode fugir à discussão criadora, sob pena de ser uma farsa”

Paulo Freire

Compreendido como uma categoria de análise (como raça e classe), o **gênero** é um componente ativo das práticas sociais e, na nossa sociedade, se exprime na hierarquização entre os sexos, ou seja, no estabelecimento de um lado com poder – homem

forte, racional, ativo – e de outro sem ou com o mínimo desse – mulher sensível, emotiva, passiva. (Cortez e Souza, 2008)

O empoderamento é um termo multifacetado que se apresenta como um processo dinâmico, envolvendo aspectos cognitivos, afetivos e condutuais e que deve levar ao **fortalecimento** das minorias. Os espaços de participação política [como os grupos] constituem estruturas mediadoras do processo de empoderamento, facilitando a superação de conflitos e a re-significação das relações sociais, possibilitando a revisão de papéis e de sentidos na produção da vida cotidiana. (Kleba & Wendhausen, 2009)

Entre os recursos de apoio que o trabalho em grupo promove, podemos citar :

- 1) apoio emocional:** diminuição do sentimento de impotência, dependência e solidão;
- 2) apoio material:** disponibilização de recursos materiais e técnicas de intervenção e recursos práticos para o cotidiano;
- 3) apoio cognitivo/informacional:** informações e esclarecimentos sobre direitos e disponibilidade de serviços; encaminhamento a pessoas com potencial de ajuda; abertura e orientação sobre fontes de informação relevantes;
- 4) manutenção da identidade social:** fortalecimento da autoestima e do sentimento de identidade;
- 5) mediação de contatos sociais:** promoção do contato entre pessoas com experiências semelhantes; fortalecimento do sentimento de pertencimento social. (Stark, 2006)

A ideia de trabalhar o fortalecimento de mulheres com o Círculo de Cultura não foi ao acaso, pois dentro desta proposta encontramos tudo o que precisávamos, a saber:

- uma proposta que visa transformar o contexto vivido a partir do desenvolvimento do pensamento crítico;
- um processo de ampliação do conhecimento que parte do saber dos participantes;
- e, acima de tudo, uma proposta metodológica/filosófica emancipatória e libertadora.

Não se trata, portanto, de um grupo de psicoterapia, muito menos de um grupo doutrinário, mas sim de um trabalho pedagógico e educativo, sendo necessário explorar a noção de que o papel da mulher é construído socialmente. Isto é, o problema não está na mulher, mas sim em seu contexto, devendo este contexto ser transformado a partir do fortalecimento da sua autonomia e cidadania.

Dar este contexto histórico, político e cultural é fundamental, pois traz sentido à experiência da mulher e, com isso, a possibilidade de ressignificar sua existência e compreender que a violência acontece dentro de uma cultura machista, cuja característica principal está na relação de poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero. Entende-se, portanto, que o contexto da violência deve sempre ser trabalhado dentro do contexto cultural em que se emerge a problemática e nunca isoladamente. A

questão da autoestima é um bom exemplo disso: propor dinâmicas que aumentem a autoestima apenas porque “é bom” estar com a autoestima alta, fica desprovido de sentido e não perdura no tempo quando isto não encontra significado em seu cotidiano; é preciso esclarecer o contexto em que surge a baixa da autoestima para que se tenha sentido em querer aumentá-la e mantê-la alta, aliás, conforme a mulher vive o processo de fortalecimento, sua autoestima é resgatada como **consequência** desse processo e nada melhor que os trabalhos em grupo para fortalecer mulheres, pois saem do campo individual do sofrimento, encontrando, no coletivo, força e exemplos de sucesso neste processo de ruptura dos pensamentos que a aprisionam ao lado de seu algoz.

VII - PÚBLICO-ALVO

A metodologia do Círculo de Cultura vem sendo usada para fortalecer **mulheres que se encontram em relações opressivas e violentas** e que são usuárias do Ceamo, mas pode ser compartilhada com outras Secretarias (Assistência, Saúde, Educação e Cultura), para trabalhar com as demais minorias que se encontrem em situação de opressão e/ou com seus direitos violados (afrodescendentes, LGBTQIA+, população de rua, imigrantes e refugiados, jovens etc). Inclusive, cabe ressaltar que a responsável deste Projeto já ministrou curso na EGDS sobre Grupos de Fortalecimento nos anos de 2017 e 2018.

VIII – INICIATIVA

No início do ano de 2014, recebemos a antropóloga Dra. Fabiana de Andrade (na época, doutoranda) que pediu o Ceamo para campo de sua pesquisa de doutorado em gênero¹ e lhe foi concedido pela coordenação. Como eu havia chegado ao Ceamo há pouco mais de 6 meses e estava, justamente, investigando sobre os trabalhos em grupo para o fortalecimento de mulheres, conforme preconiza a Norma Técnica e as Referências Técnicas do Conselho de Psicologia, a Dra. Fabiana passou a me instrumentar teoricamente e a participar dos trabalhos de grupo que foram abertos e, logo de início, como ela já tinha experiência em educação popular, com as poucas rodas que fizemos, identificamos que a

1. ANDRADE, Fabiana de. “Mas vou até o fim: narrativas femininas sobre experiências de amor, sofrimento e dor em relacionamentos violentos e destrutivos”.; orientadora Ana Cláudia Duarte Rocha Marques – São Paulo, 2017.

metodologia do Círculo de Cultura atendia exatamente ao que precisávamos, como já detalhado acima. Portanto, a partir do segundo semestre de 2014, o grupo passa a ser conduzido seguindo esta proposta metodológica/filosófica, a qual se mantém até os dias de hoje em razão da sua efetividade.

IX – AÇÕES E ETAPAS DE IMPLEMENTAÇÃO

No 1º semestre de 2014, estipulamos um dia da semana para o grupo e passamos a distribuir os convites. Logo de início, percebemos que esta iniciativa foi muito bem recebida pelas mulheres, pois a maioria de nossas assistidas apresentou frequência semanal sendo, inclusive, fornecidos os passes para tal, uma vez que boa parte delas são mulheres de baixa ou baixíssima renda. Nesta primeira etapa, usamos o formato de simples rodas de conversa para que pudéssemos ouvi-las e para que elas se ouvissem também e, juntas, passamos a desvelar a dinâmica das relações violentas e sobre o contexto onde a violência é construída. Para tanto, sempre é possível utilizar painéis, vídeos, poemas, músicas, textos, palestras e outros. Dentro desta perspectiva, portanto, ficou claro que a primeira coisa a ser feita, do ponto de vista prático, é trazer consciência à mulher de seus direitos legais, uma vez que a lei brasileira não permite a diferenciação de direitos e deveres entre homens e mulheres e o significado disto em seu cotidiano. A propósito, falamos tanto em “tirar a mulher da posição de vítima e colocá-la como protagonista da própria história”... e isto só é possível com seu **poder de decisão sobre si mesma resgatado**.

Conforme fui me apropriando do trabalho em Círculos de Cultura, a partir do segundo semestre de 2014, o Grupo de Mulheres passa a se constituir em um espaço importante de fala e de **ampliação das resistências** nas relações desiguais.

Ter uma reflexão crítica sobre si mesma, neste contexto, é ter uma reflexão crítica da própria cultura em que se está inserida. Neste sentido, enquanto profissional que pretende trabalhar com a mulher que se encontra em situação de violência doméstica, tive que, em primeiro lugar, ter consciência crítica em relação à cultura machista e jamais negar a força deste poder cultural disseminado nos menores aspectos da vida cotidiana, não sendo desejável, para este tipo de tarefa, uma atitude neutra e abstenção por parte de quem está coordenando os Círculos. Aqui, tive que aprender a ter uma postura ativa e participativa enquanto mulher também. Desta forma, também não é papel da coordenadora do grupo dizer o que se deve e o que não se deve fazer ou pensar ou falar, mas ser realmente aquela que abra

espaço para que as **indagações e indignações** apareçam. Cada uma deve decidir o seu próprio caminho. Com relação às mulheres, se o poder de tomar decisões sobre sua própria vida lhes foi tirado, não se pode fazer o mesmo, portanto, no contexto do grupo. O saber técnico trazido pela coordenadora do grupo deve chegar ao grupo de forma horizontal e não incidindo verticalmente e de forma hierarquizada e somente assim, segundo Freire (1981) é possível nascer o diálogo gerador de ‘criticidade’. Portanto, enquanto coordenadora dos Círculos, aprendi a dar um sentido às experiências relatadas e não trazer “a verdade”, era eu mais uma delas, trazendo experiências e conhecimentos para serem partilhados e aproveitados de acordo com o processo de cada uma, constituindo, assim, um espaço coletivo de questionamento dos valores que a nossa cultura imprime em nossos pensamentos, em nossos fazeres e em nossos corpos.

X – RECURSOS UTILIZADOS

O que precisamos para constituir o grupo de fortalecimento foi:

- ✓ espaço amplo e protegido (para garantia do sigilo)
- ✓ passes para garantir o acesso ao serviço
- ✓ TV, som e mídia disponível
- ✓ conhecimento sobre Círculo de Cultura e educação popular
- ✓ disponibilidade de um período de 2h por semana para o grupo

XI – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL

Dada a forte adesão das mulheres ao trabalho em grupo, bem como o aumento de casos de violência contra a mulher no pós pandemia, tivemos que aumentar os dias de grupo e se, anteriormente, tínhamos grupo uma vez por semana, atualmente ofertamos três horários de grupo: às terças das 13:30h às 15:30h, às quartas das 17:30h às 19h e às quintas das 9h às 11h.

XII – RESULTADOS MENSURADOS

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020*	2021
Número de atendimentos	1281	1699	1529	1051	1406	2023	2305	1073	1508
Número de casos em acompanhamento	488	563	601	595	676	785	836	711	915

*quarentena e pandemia

Dados de 2022:

Mês	Casos em Acomp.	Participantes do grupo
Janeiro	95	33
Fevereiro	99	64
Março	99	50
Abril	112	43
Maio	137	61
Junho	140	70
Julho	148	41
Agosto	132	122
Setembro	158	86
Outubro	134	92
Novembro	151	100
Dezembro	127	60
Total	1532	822

XIII – LIÇÕES APRENDIDAS

“Amor, trabalho e conhecimento são as fontes de nossa existência. Deveriam também governá-la”

Wilhelm Reich

Há quase dez anos venho trabalhando com o fenômeno da violência doméstica de gênero, atendendo e conversando diariamente com mulheres que se encontram em situação de violência doméstica. Foram as histórias de superação destas mulheres que acompanhei e acompanho, que me motivaram a publicar este trabalho - para dizer que existe um caminho possível de ser construído para se superar a violência, isto é, que é possível sair desta condição de opressão que a mulher vive dentro de sua própria casa.

E neste caminho, insere-se o Círculo de Cultura. É gritante a força do grupo no processo de reconstrução de suas vidas. Observo que as mulheres que passam apenas por atendimentos individuais têm este processo mais lento e, algumas vezes, não encontram força suficiente para romper com o ciclo da violência de gênero e retornam, resignadas, à sua situação. E quanto mais o ciclo da violência segue girando, mais a mulher se enfraquece e mais fortalecido vai ficando o homem.

O trabalho com grupos mostrou-me que se faz necessário, o tempo todo, lembrar a estas mulheres que elas tem autonomia de decisão sobre suas vidas, não são escravas! Mas não basta saber, é preciso viver esta autonomia e é através do grupo que elas conseguem vislumbrar a liberdade como um direito humano e, portanto, uma possibilidade existencial.

A questão do comprometimento da saúde mental dessas mulheres em razão da exposição à violência doméstica também é algo que salta aos olhos. Todavia, não podemos responsabilizar apenas o autor da agressão, mas também esta cultura que desumaniza as relações na medida em que determina, *a priori*, o lugar do homem e o da mulher de forma desigual. As relações que se estabelecem a partir de uma hierarquia, onde um manda e outro obedece, acabam por justificar os abusos (autoritarismo, chantagens e ameaças) e abrem espaço para as demais violências.

Aqui no Brasil, nossas crianças e adolescentes são criados de forma bastante violenta, na base de surras e castigos severos. Infelizmente, fui testemunha também desta realidade ao trabalhar durante seis anos no Abrigo Municipal de Campinas (CMPCA). Quando não apanham, boa parte deles presencia, com demasiada frequência, a relação

violenta dos pais. Quero dizer com isso que a violência, cultural e socialmente, faz parte do ambiente doméstico e é aprendida (caráter transgeracional), sendo assim disseminada para os novos lares que estas crianças, quando adultas, constituirão. Assim como, quando adultas, irão tolerar relações violentas durante anos porque convivem com este modelo de relacionamento desde tenra idade, achando que “é assim que é”.

Portanto, se não se garante a existência de espaços que abram a possibilidade de reflexão sobre si mesmo e sua cultura, passa-se a reproduzir tudo o que se aprende, inclusive o que há de pior: a violência. E num meio violento, não há como o amor germinar, vive-se a guerra.

XIV – POR QUE A PRÁTICA PODE SER CONSIDERADA COMO EFETIVA À PROMOÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS

“Vou-me embora de Pasárgada
Disse um dia a mulher do rei
Serei a mulher que eu quero
Na vida que escolherei”
Bruno Felix

O Brasil é um dos países signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos devendo, portanto, enquanto Estado, respeitar, proteger e promover estes direitos, tanto na esfera pública quanto privada. Desta forma, as ações do Estado e das instituições que ele legitima, bem como sua legislação, devem ser pensadas e concebidas à luz dos Direitos Humanos. Nenhuma lei, ação ou poder poderia violá-los.

As violações dos direitos de ir e vir e de ser livre para ser como quiser, em relação à mulher, estão tão disseminadas em nossa cultura que se torna ‘natural’, até para a própria mulher, ter alguém que mande e diga o que ela deve ou não deve fazer. Todavia, **não existe direito de homem e direito de mulher**, mas vive-se como se tivesse o homem o direito de mandar e tomar decisões e à mulher cabe obedecê-lo e segui-lo. A violência fica, assim, ‘autorizada’ quando a mulher ‘não obedece’, cujo corpo está à disposição do ‘dono’, inclusive para ser surrado como forma de ‘correção’.

É inegável, portanto, o caráter afirmativo do grupo: para sair do papel submisso que a mulher é colocada, ela precisará aprender a se afirmar enquanto sujeito de direitos, cidadã e mulher. De forma geral, não se discute isso em nenhum outro espaço que a

mulher convive: nem na família, nem nas escolas e nem em sua comunidade, sendo o Círculo de Cultura um espaço criado especificamente para se pensar e repensar o que é (im)posto pela nossa cultura, pois é o espaço onde as relações de poder são reveladas e desnaturalizadas.

Por fim, os Direitos Humanos constituem o “norte” que não deve ser perdido na atuação profissional e, neste sentido, constitui um modelo para se refletir sobre quaisquer situações, tanto sociais como individuais (OrientaPsi, 2017). O que deve ficar claro aqui, à luz dos Direitos Humanos, é que **ninguém tem o direito de interferir no exercício dos direitos de outro** e é sempre nesta perspectiva que os trabalhos em grupo são conduzidos.

Desde 2014, percebemos um aprofundamento do vínculo das mulheres com o serviço, maior adesão aos nossos encaminhamentos, multiplicação de seus aprendizados com outras mulheres e familiares, trazendo suas conhecidas que também sofrem violência para atendimento, diminuição da necessidade de atendimentos individuais e assim otimizando nossa agenda para acolhidas de novos casos, ampliação do número de assistidas a cada ano, bem como, desde então, este serviço não registrou mais feminicídio das usuárias atendidas.

Referências

- Baquero, M. (2001). *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS / Brasília: Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.
- Cortez, M. B., & Souza, L. (2008). Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 24(2), 171-180. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-37722008000200006>
- Foucault, M. (1994). *A história da sexualidade: o uso dos prazeres*. (7a ed.) Rio de Janeiro: Graal.
- Freire, P. (1981). *Educação como Prática da Liberdade*. (12a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2001). *Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Centauro.
- Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido*. (44a. ed.) Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Herriger, N. (2006). *Empowerment in der Sozialen Arbeit*. (3 ed.) Stuttgart: Kohlhammer.
- Kleba, M., & Wendausen, A. (2009) Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde e*

Sociedade São Paulo, 18(4), 733-743. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902009000400016>

- OrientaPsi (2017). *O Portal da Psicologia*. Recuperado de www.orientapsi.cfp.org.br.
- Reich, W. (1982). *A Revolução Sexual*. (8a ed.) Rio de Janeiro: Zahar.
- Reich, W. (1999). *O assassinato de Cristo*. (5a ed.) São Paulo: Martins Fontes.
- Reich, W. *Escute, Zé Ninguém!* (1a ed.) São Paulo: Martins Fontes.
- Silva, F., & Wendhausen, A. (2012) Empoderamento em um grupo de mulheres de um município no sul do Brasil. *Revista Grifos*, 32(33), 105-125.
<http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v21i32/33.2400>
- Stark, W. (2006). *Gemeinsam Kräfte entdecken: Empowerment als kompetenz-orientierter Ansatz in der psychosozialen Arbeit*. Duisburg/Alemanha: Orglab.
- Vasconcellos, E. M. (2003). *O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teoria e estratégias*. São Paulo: Paulus.